

Ofício nº 48/2011-PLC

Anápolis, 14 de setembro de 2011.

Excelentíssimo Senhor
Vereador **Amilton Batista de Faria**
DD. Presidente da Câmara Municipal

Senhor Presidente,

Encaminho para apreciação de Vossa Excelência e dignos pares, o incluso Projeto de Lei Complementar nº 23 /2011 que, ***“Altera o quantitativo dos cargos de assessoramento em comissão previstos nos incisos V, VI e VII, do art. 22, da Lei Complementar n.º 118, de 12 de abril de 2006”***, apresentando, para tanto, as seguintes

JUSTIFICATIVAS

O Poder Executivo objetivando expandir o Programa de Erradicação de Trabalho Infantil – PETI no Município de Anápolis propõe o presente projeto com a finalidade de aumentar o quantitativo dos cargos em comissão (assessoramentos “A”, “B” e “C”) para ampliar a demanda dos PETIs em setores como Paraíso, Residencial das Flores, Copacabana, Santos Dumont, Jaiara e outros.

O Programa de Erradicação de Trabalho Infantil compõe o Sistema Único de Assistência Social abrangendo três eixos básicos: transferência direta de renda as famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho; serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças/adolescentes até 16 anos; e, acompanhamento familiar.

O Governo Federal no intuito de erradicar o trabalho infantil disponibiliza bolsa auxílio mensal no valor de R\$ 25,00 (vinte cinco reais) por cada criança retirada do trabalho em municípios com população inferior a 250.000 habitantes e em capitais, regiões metropolitanas e municípios com população superior a 250.000 este auxílio é de R\$ 40,00 (quarenta reais).

Além de proporcionar auxílio financeiro, o programa oferece ainda os seguintes benefícios: apoio e orientação às famílias beneficiadas por meio de atividades de capacitação e geração de renda; fomento e incentivo a ampliação do universo de conhecimentos da criança e do adolescente, por intermédio de atividades culturais, desportivas e de lazer, no período complementar ao do ensino regular; estímulo a mudança de hábitos e atitudes, buscando a melhoria da qualidade de vida das famílias, numa estreita relação com a escola e a comunidade.

Assim, é evidente a importância do Programa em testilha para o Município de Anápolis, porquanto inúmeras crianças que tenham idade até 16 anos serão retiradas da

A

X



MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS
Procuradoria Geral do Município
Processo Legislativo

exploração de trabalho infantil, garantindo as mesmas a oportunidade de estudar e adquirir conhecimentos que resultarão em adultos profissionalmente realizados e socialmente integrados.


A verba destinada ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é oriunda de recursos federais - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - em contrapartida, os municípios devem disponibilizar mão de obra com a finalidade de executar as atividades que atinjam o objetivo do programa, conforme demonstrado em linhas volvidas.

Por ser um Programa do Governo Federal, o Município de Anápolis não pode efetivar o preenchimento da demanda de pessoal por meio de concurso público, uma vez que a necessidade de pessoal é para cumprir o programa que possui caráter transitório. Diante desse cenário, comprova-se a imprescindibilidade da demanda de pessoal a ser preenchida por meio de detentor de cargo em comissão visando adimplir com os objetivos preceituados no PETI.

Diante das considerações delineadas acima, verifica-se que o projeto é imperioso para a continuidade e expansão do Programa de Erradicação de Trabalho Infantil – PETI nesta cidade.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que motivam a aprovação do projeto de lei que vos apresento, submetendo à elevada apreciação dos Senhores Membros dessa Augusta Casa de Leis.

Atenciosamente,


Antônio Roberto Otoni Gomide
Prefeito de Anápolis



MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS
Procuradoria Geral do Município
Processo Legislativo

Encaminhe-se à comissão de
Constituição, Justiça e Redação

em 14/09/11
Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 23, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011

PROTOCOLO Nº	134
Data	14/09/11 13:30 Horas
Serviço de Expediente	

Altera o quantitativo dos cargos de assessoramento em comissão previstos nos incisos V, VI e VII, do art. 22, da Lei Complementar n.º 118, de 12 de abril de 2006.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS aprovou e eu PREFEITO DE ANÁPOLIS, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Altera o quantitativo dos cargos em comissão de assessoramento previstos nos incisos V, VI e VII, do art. 22, da Lei Complementar n.º 118, de 12 de abril de 2006, com redação dada pela Lei Complementar n.º 242, de 13 de abril de 2011, passando-os a vigor com os seguintes quantitativos:

Art. 22. (...)

V – Assessor Geral A – acresce 6 vagas.

VI – Assessor Geral B – acresce 15 vagas.

VII – Assessor Geral C – acresce 25 vagas.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DE ANÁPOLIS, 14 de setembro de 2011.

Antônio Roberto Otoni Gomide
Prefeito de Anápolis

Andréia de Araújo Inácio Adourian
Procuradora Geral do Município

Francisco Ferreira Rosa
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

Luzia Cordeiro da Silva Menezes
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos